

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM. ----

--- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia, na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

--- **Um**—APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**—APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – QUARTO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

--- **TRÊS**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES DOIS MIL E DEZASSETE/DOIS MIL E DEZOITO. -

--- **Quatro**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA DESENCADear O PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CCE-CIMLT).-----

--- **Cinco**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia (Presidente), Manuel Joaquim Vieira (Primeiro Secretário), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária), Abílio Manuel Mota Ribeiro, Armando António Leal Rosa, Beatriz Santos Martins, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Daniela Margarida Duarte Reis

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

Leandro Germano, Dina Maria Gomes Rocha, João Miguel Tavares Rodrigues, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, Jorge Manuel Raimundo Custódio, José Luís Marques Cabrita, Luís Manuel da Graça Batista, Manuel João Maia Frazão, Maria Assunção Céu Vieira, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos, Paulo José da Costa Delgado Marques, Paulo Tiago Rodrigues dos Santos, Ramiro José Jerónimo Matos, Raquel Inês Marques Fernandes, Sandra Isabel de Sousa Barreiro Dinis e Vítor Manuel de Carvalho Franco. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Paulo Jorge Gaspar Guedes (Arneiro das Milhariças), Ricardo Jorge Duarte Frazão (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Gançaria) Marcelo Ferreira Morgado (Moçarria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta), Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), António João Ferreira Henriques (União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém), Maria Emília Serrão Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (União Freguesias de Casével e Vaqueiros), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea), Carlos António Marçal (União das Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau), e Ricardo Luís da Costa (União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira).-----

--- Pediram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento: -----

--- Carlos Augusto Pinhão Coutinho, Cássio José Gonçalves Martins Leitão, João Piedade Joanaz e Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira. -----

--- Faltas Justificadas: -----

--- Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Renato António Vieira Calado Possante Bento, Teresa Isabel Duarte da Fonseca Vargas Rodrigo e Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça. -----

--- **Executivo Municipal** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

- Presenças: -----
--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, António José da Piedade Carmo, Susana Cristina Coelho Pita Soares, Otília Margarida Jacinta Torres, Luís Manuel Sousa Farinha, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes e Celso Ricardo Pimenta Braz. -----
- Ausências:-----
--- Ricardo Jorge Figueiredo Segurado. -----
- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, submeteu a discussão e votação a Ata número dezanove–dois mil e treze/dois mil e dezassete, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----
- Prosseguiu-se o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que referiu que estamos em anos de eleições e, portanto, a tendência da maioria do Partido Social Democrata no executivo municipal, será naturalmente para o financiamento das festas e das romarias. Nada tem contra as festas e muito menos contra as romarias, como afirmação da cultura e das tradições locais, mas chamamos a atenção para o estado de degradação em que se encontram muitas estradas, ruas e passeios do nosso concelho, particularmente na nossa cidade. -----
- Prossegui dizendo que são vários os acidentes ocorridos, é certo que muitos cidadãos não reclamam, porque a maioria dos casos até ocorre com idosos, que desconhecem alguns dos seus direitos, salientando que na semana passada ocorreu a queda de uma cidadã que partiu o braço, resultado também do estado degradado do piso, pelo que chamamos a atenção do executivo municipal para dedicar também algumas das verbas às reparações que são urgentes no concelho e também na nossa cidade. -----
- A seguir o senhor **Armando Rosa** chamou a atenção sobre uns elementos pedidos à Câmara Municipal pelo Mais Santarém faz agora um ano e que nessa ata que foi aprovada hoje o senhor Presidente tinha dado instruções para serem fornecidos ao Mais Santarém os elementos solicitados nesse requerimento relativamente aos contratos e à ocupação destas instalações da ex-Escola Prática de Cavalaria e ainda até à data não foi recebido. -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- Alertou o senhor Presidente da Mesa para a demora na elaboração do relatório da Comissão para a elaboração do relatório respeitante à petição sobre a “Destruição das estruturas de betão nas rotundas” considerando que também é o bom nome da Assembleia que está em causa.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o projeto ou o programa previsto e lançado pelo União Desportiva de Santarém para a ocupação do Campo Emílio Infante da Câmara com um projeto privado, de autoria da própria União de Santarém, que iria ocupar ou que pelo menos está nos seus intuitos ocupar o terreno que é um terreno municipal.-----

--- Depois o senhor **Luís Batista** perguntou qual o andamento das obras dos bares do Jardim da Liberdade.-----

--- Referiu-se ao estado do muro do jardim da Câmara, que dá para a Rua Zeferino Brandão, que continua em risco de derrocada há já alguns meses, perguntando para quando a resolução desta situação.-----

--- Seguidamente a senhora **Beatriz Santos Martins** felicitou a Câmara Municipal pelas suas intervenções de grande relevo e há muito necessárias e desejadas em alguns estabelecimentos do ensino básico e jardins-de-infância do nosso concelho.-----

--- De seguida o senhor **Artur Colaço**, Presidente da União de Freguesia da Várzea e Romeira, referiu a ocorrência de mais um acidente na interceção da estrada nacional cento e catorze com o Graíño. O senhor Presidente da Câmara afirmou que ia solicitar uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, derivado ao perigo daquele cruzamento. Contudo, essa reunião até hoje nunca foi marcada, solicitando que se arranje uma solução para este problema o mais breve possível.-----

--- A seguir o senhor **Vítor Franco** disse que gostaria de saber a posição da Câmara Municipal sobre o projeto apresentado pela União de Santarém.-----

--- Questionou qual o ponto de situação da reparação das escadinhas de Santa Clara, sublinhando ser um problema que o Bloco de Esquerda e outras entidades têm levantado ao longo dos tempos e que continua em degradação.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o ponto da situação do Plano Diretor Municipal.-----

--- Congratulou-se com o início da reparação do coreto, mas parece que se resumiu à pintura daquela estrutura externa e da parte inferior do teto, querendo saber se a Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

vai dar continuidade à recuperação do coreto tal como foi sugerido por esta Assembleia.

--- Desafiou a Câmara Municipal para que colocasse ao dispor dos munícipes um autocarro para que no dia quatro de março possam participar numa manifestação que se vai realizar em defesa do Tejo nas Portas de Ródão.-----

--- Perguntou sobre o Mediador Cigano, recordando que o senhor Presidente da Câmara na ata que hoje foi aprovada que é de vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis diz a determinada altura: “No que se refere à criação do mediador cigano informou que a senhora Vereadora Susana Pita Soares tem feito reuniões sobre o assunto, está a ser feito um estudo comparativo para ver como funciona num outro município, tendo já falado com duas candidatas, uma das quais fez algumas sugestões e a senhora Vereadora está a acompanhar o assunto.”. -----

--- Depois o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, manifestou com agrado a intervenção na estrada municipal quinhentos e catorze do Guxerre e no entroncamento da Rua Oliveira do Cabo com a estrada municipal trezentos e sessenta e cinco, ao abrigo do contrato de conservação de estradas, considerando ser um trabalho de grande qualidade. -----

--- Salientou a urgência da intervenção na estrada municipal quinhentos e dezassete em Vale Moinhos conforme, aliás, o senhor Presidente da Câmara teve ainda ontem a oportunidade de verificar.-----

--- Congratulou-se com o início dos trabalhos conducentes à obra da ampliação da escola do ensino básico de Almoster. -----

--- Chamou a atenção para as condições da extensão de saúde de Almoster, que como se sabe, neste momento, é a pior do concelho de Santarém. É uma extensão que serve cerca de mil e seiscentos utentes e que urge resolver. -----

--- Seguidamente o senhor **Joaquim Neto** prestou esclarecimentos relativamente ao Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva do PDM, referindo que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo emitiu parecer favorável condicionado. Contudo a própria CCDR-LVT, com base em pareceres de outras entidades, emitiu também parecer desfavorável à Reserva Ecológica Nacional e à Reserva Agrícola Nacional, salientando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

que há três entidades que emitiram mesmo parecer desfavorável o INCF, ou seja, o Parque da Serra de Aire e Candeeiros, a Agência Portuguesa do Ambiente por causa das questões da Reserva Ecológica Nacional e o Instituto do Turismo. Se algumas das situações no âmbito deste parecer, de alguma forma, são situações muitas vezes de pormenor e de correções que é necessário fazer, eventualmente até decorrente de alguns erros de apresentação, nomeadamente da parte cartográfica. Disse haver algumas situações que o deixa preocupado, porque se sabia que íamos ter um Plano Diretor Municipal mais restritivo, por causa de reduções de perímetros urbanos, havia alguma expectativa de que vantagens poderiam advir nomeadamente no que diz à introdução dos aglomerados rurais que permitiria eventualmente minimizar e resolver alguns problemas nas zonas rurais, designadamente nas áreas do Parque da Serra de Aire e Candeeiros. A posição do INCF e do Parque deixa-o preocupado uma vez que não vão ao encontro das preocupações da Câmara Municipal e daquilo que foi apresentado nesta sala pela equipa do PDM.-----

--- Referiu que esta situação poderá levar a que seja necessário apresentar uma nova revisão do PDM.-----

--- Prosseguiu neste momento não se consegue resolver o problema das Caneiras. Outra situação que o preocupa é o facto de o próprio Instituto de Estradas não assumir os traçados da continuação do IC dez e da variante à Linha do Norte, porque não há expectativas de investimento nos próximos dez anos. -----

--- Considerou que o parecer favorável condicionado vai levar a trabalhos redobrados pela Câmara nas reuniões de concertação com as entidades de modo a ultrapassar esses condicionalismos. -----

--- A seguir o senhor **António João Henriques**, Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, lamentou a falta de obras na sua freguesia e manifestou a sua mágoa por, neste final de mais um mandato, deixar esta cidade e o concelho pior do que quando cá chegou há dezenas de anos, recordando que aquilo que era de bom desapareceu, como era o caso dos juramentos de bandeira que enchiam a cidade de pessoas, salientando a degradação dos centros históricos. -----

--- Considerou que os interesses partidos se sobrepõem aos interesses das pessoas, dando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

- como exemplo o chumbo da vinda do crematório para Santarém. -----
- De seguida o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém, questionou qual o ponto de situação das obras das barreiras de Santarém, sublinhando os constrangimentos do trânsito na ribeira de Santarém.-----
- Depois, o senhor **Presidente da Câmara** relativamente aos passeios disse que a Câmara tem vindo a reparar os passeios, no entanto nem sempre é possível executar essas reparações com a brevidade que todos desejaríamos. Sublinhou que o município tem um seguro de responsabilidade civil para situações de acidentes que sejam imputados à autarquia.-----
- No tocante ao projeto da União Desportiva de Santarém, referiu que na reunião de apresentação do projeto foi comunicado à União de Santarém de que a decisão não é apenas do município, pelo que a direção ficou de reunir com os partidos e fazer uma apresentação pública, e posteriormente reunir com o executivo novamente.-----
- Referiu que a questão das cafetarias do Jardim da Liberdade está a ser tratada tendo recentemente ido a reunião de Câmara uma pequena remodelação daqueles espaços.-----
- Informou em relação ao muro da rua Zeferino Brandão que os serviços estão a proceder ao abate e limpeza de algumas árvores que estão mortas para que o muro fique em segurança. -----
- Sublinhou as intervenções realizadas nas escolas, referindo que está em curso mais um conjunto de intervenções. -----
- Disse já ter reunido com as Infraestruturas de Portugal sobre a estrada nacional cento e catorze, pedindo desculpas ao senhor Presidente da União de Freguesias de Romeira e Várzea por não o ter convidado a participar nessa reunião uma vez que a mesma foi realizada num âmbito mais alargado. -----
- Relativamente ao coreto do Jardim da República disse que já foi efetuada uma intervenção, faltando a questão da pintura.-----
- Aludiu que a questão das escadinhas de Santa Clara está afeta aos serviços de Espaços Verdes.-----
- Quanto à disponibilidade do autocarro, salientou que a autarquia não costuma disponibilizar os autocarros para este tipo de iniciativas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- Referiu que o município está a aguardar fundos comunitários para poder avançar com o processo do mediador cigano.-----

--- Relativamente à extensão de saúde da Almoester frisou que o executivo irá reunir com o ACES no sentido de ajudar a resolver o problema não só em Almoester, mas no concelho onde se verifiquem problemas.-----

--- Fez suas as preocupações manifestadas pelo senhor deputado Joaquim Neto em relação ao PDM e que são as mesmas do senhor Vereador Luís Farinha, salientando que a Câmara quer resolver um conjunto de situações antigas, não entendendo a posição dos responsáveis de determinadas entidades.-----

--- Disse que as obras fruto da atual conjuntura têm de ser mais regradas, salientando que o problema dos centros históricos tem a ver com o seu abandono fruto das construções na periferia das cidades, vilas ou aldeias.-----

--- No que concerne às Barreiras de Santarém disse que espera fazer a consignação da obra durante o mês de março.-----

--- Esgotado o Período de Antes da Ordem o Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.**-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que sublinhou que continua sem vir referido no relatório da Divisão Jurídica o resultado de cada um dos processos, designadamente os que aguardam custas de parte.-----

--- Perguntou qual o custo total do projeto da praia fluvial que apenas funcionou durante uns meses no primeiro ano.-----

--- Quis saber qual o ponto de situação do estacionamento tarifado e quais as medidas que o executivo municipal tomou para resolver o problema das ilegalidades, chamando a atenção para o facto dos parquímetros não estarem aferidos.-----

--- Questionou qual o ponto de situação do processo de reformulação da natureza jurídica da Resitejo.-----

--- De seguida o senhor **Armando Rosa** referiu que as dívidas à Câmara Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

superam os quatro milhões de euros enquanto as dívidas da autarquia a fornecedores se cifram em cento e oitenta e seis mil euros, querendo saber dos quatro milhões de créditos qual a percentagem que vai inscrita para efeitos contabilísticos.-----

--- Lamentou que o executivo não dê a devida importância às recomendações aprovadas por esta Assembleia.-----

--- A seguir, o senhor **Vítor Franco** referiu-se à classificação do Município de Santarém no ranking da transparência.-----

--- Estranha que ao fim de três anos as escadinhas de Santa Clara estejam nos serviços de espaços verdes da Câmara.-----

--- Considerou que o assunto da variante à Linha do Norte é demasiado importante sugerindo a realização de uma assembleia municipal extraordinária para debater esta matéria.-----

--- Perguntou quais os assuntos abordados com a senhora Secretária de Estado da Administração Interna.-----

--- De seguida, o senhor **Marcelo Morgado**, Presidente da Junta de Freguesia da Moçarria, felicitou a IPSS de Vale de Figueira que dispõe de mais uma valência.-----

--- Criticou novamente o Hospital de Santarém, considerando lamentável que os doentes que necessitem de hemodiálise tenham de se deslocar de Santarém para Torres Novas ou de Santarém para Santa Maria.-----

--- Depois o senhor **Presidente da Câmara** começou por esclarecer que já deu instruções aos serviços jurídicos para alterarem o documento.-----

--- Referiu que não tem informação disponível sobre a praia fluvial, a qual poderá ser disponibilizada posteriormente.-----

--- No tocante ao estacionamento disse que já foram efetuadas algumas participações, salientando que iria mandar averiguar a questão dos parquímetros.-----

--- Quanto à Resitejo informou que por via de uma recomendação da ERSAR esta empresa terá de ser reformulada juridicamente, pelo que a reformulação dos anteriores estatutos caiu, sublinhando que será ser um assunto que tem de passar pelas Câmaras e Assembleias.

--- Esclareceu que não é preciso aprovisionar o valor referente aos quatro milhões de euros referentes às dívidas à Câmara.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- Relativamente ao Ranking desvalorizou a classificação do Município de Santarém, considerando que ninguém lhe reconhece competência para estar a classificar os municípios, salientando que esta empresa apresenta um conjunto de dados que estão errados. -----

--- Salientou que não se revê neste modelo de orçamento participativo, deixando um repto ao Governo para que distribua por exemplo vinte mil euros às freguesias de Portugal que por sua vez apresentavam projetos em assembleia de freguesia extraordinária que seriam votados. -----

--- Concordou com a sugestão do senhor Vítor Franco em relação à realização de uma assembleia municipal extraordinária para debater o problema do traçado da Linha do Norte. -----

--- Informou que a reunião com a senhora Secretária de Estado da Administração Interna teve a ver com a possibilidade de abertura do Posto da GNR em Alcanede. -----

--- Sublinhou as palavras relativamente à IPSS de Vale de Figueira, destacando o trabalho realizado por estas instituições. -----

--- Referiu que não tinha conhecimento da situação levantada pelo senhor Presidente da Moçarria, sobre o Hospital de Santarém, salientando que será mais uma matéria que irá acompanhar. -----

--- Por último, o senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que na última reorganização dos hospitais no distrito, entre o Centro Hospitalar do Médio Tejo e Santarém, houve especialidades que foram consideradas como sendo responsáveis pela assistência em todo o distrito nos dois Centros Hospitalares. Ou seja, no caso da Nefrologia só existe esta especialidade em Torres Novas, daí que esses doentes se tenham que deslocar a Torres Novas, tendo Santarém ficado responsável pela assistência médica nas especialidades de cirurgia vascular, reumatologia e dermatologia, pelo que não se trata de uma falência do sistema. -----

--- Esgotadas as intervenções foi dada por concluída a apreciação deste Ponto que não carece de votação. -----

--- **PONTO DOIS – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – QUARTO**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

--- Pela Câmara foi presente para apreciação o relatório em epígrafe. -----

--- Face a ausência de oradores foi dada por concluída a apreciação deste assunto que não carece de qualquer votação. -----

--- PONTO TRÊS – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA DOIS MIL E DEZASSETE/DOIS MIL E DEZOITO. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dois/dois mil e dezassete: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião de treze de fevereiro de dois mil e dezassete, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos da alínea a) do número um do artigo dez da Lei número quarenta e três/ dois mil e doze, de vinte e oito de agosto conjugada com a alínea c) do número um do artigo seis da Lei numero oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, alterada e republicada pela Lei número vinte e dois/dois mil e quinze, de dezassete de março, que delibere conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, relativa ao Plano de Transportes Escolares dois mil e dezassete/dois mil e dezoito, com os fundamentos expostos na informação número quinhentos e noventa e quatro, de dezasseis de janeiro de dois mil e dezassete, da Divisão de Educação e Juventude”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromisso Plurianual – Plano de Transportes Escolares para dois mil e dezassete/dois mil e dezoito**, nos termos da alínea a) do número um do artigo dez da Lei número quarenta e três/ dois mil e doze, de vinte e oito de agosto conjugada com a alínea c) do número um do artigo seis da Lei numero oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, alterada e republicada pela Lei número vinte e dois/dois mil e quinze, de dezassete de março, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- PONTO QUATRO – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA DESENCADear O PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS NO ÂMBITO DO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

ACORDO QUADRO DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CCE-CIMLT). ---

--- Pela Câmara foi presente a proposta número três/dois mil e dezassete: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião de treze de fevereiro de dois mil e dezassete, **tenho a honra de propor a essa Assembleia** que, nos termos do disposto no número quinze do artigo quarenta e nove da Lei número quarenta e dois/dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro e ao abrigo da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, alterada e republicada pela Lei número vinte e dois/dois mil e quinze, de dezassete de março, delibere conceder **autorização prévia para assunção do compromisso plurianual** para desencadear o procedimento de ajuste direto para prestação de serviços para Certificação Energética dos Edifícios no âmbito do Acordo Quadro da Central de Compras Eletrónicas – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CCE-CIMLT), com base nos fundamentos expressos na informação número dois mil duzentos e quinze, de oito de fevereiro de dois mil e dezassete, da Divisão de Finanças, que se anexa”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual para desencadear o procedimento de ajuste direto para prestação de serviços para Certificação Energética dos Edifícios no âmbito do Acordo Quadro da Central de Compras Eletrónicas – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CCE-CIMLT)**, nos termos do número quinze do artigo quarenta e nove da Lei número quarenta e dois/dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro e ao abrigo da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, alterada e republicada pela Lei número vinte e dois/dois mil e quinze, de dezassete de março, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- PUNTO CINCO – APRECIACÃO E VOTACÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO.-----

--- Pelo senhor **José Luís Cabrita**, da bancada da CDU, foi apresentada a seguinte Moção sobre “Transferência de Competências”: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- “A descentralização administrativa, conforme a CRP — Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias. -----

--- A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. -----

--- A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. -----

--- A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do principio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

--- Objectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. -----

--- Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. -----

--- A inexistência de autarquias de nível intermédio —as regiões administrativas — que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

--- A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. -----

--- Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, delibera:-----

--- Um – Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.-----

--- Dois – Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios. -----

--- Três – Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. -----

--- Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Ramiro Matos** que referiu que a bancada do PSD concorda com os princípios subjacentes a esta moção, realçando que o PSD está disponível para votar favoravelmente caso o proponente retire a alusão à reposição das freguesias. -

--- Depois, o senhor **Joaquim Neto** disse que o PS concorda com teor da moção em apreço, recordando que ele próprio enquanto vereador com o pelouro da educação sentiu estes problemas, pelo que a sua bancada iria votar favoravelmente esta moção. -----

--- Seguidamente, o senhor **Vítor Franco** referiu que o Bloco de Esquerda iria votar a favor desta moção, considerando que o município de Santarém é exemplo de que não é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

- bom transferir competências sem as respetivas compensações financeiras. -----
- A seguir o senhor **Armando Rosa** que salientou que o Mais Santarém iria abster-se justificando a sua posição através da sua declaração de voto. -----
- Por último o senhor **José Luís Cabrita** clarificou relativamente à sugestão apresentada pelo senhor deputado Ramiro Matos, que há questões de princípios que a CDU não abdica e a reposição das freguesias é uma delas, pelo que iria manter o teor da moção. -----
- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção em epígrafe, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte votos contra, doze votos a favor e uma abstenção. -----
- Declarações de Voto: -----
- Pelo senhor **Ramiro Matos** “A bancada do PSD votou contra esta moção na sequência do resultado da discussão da mesma, uma vez que a moção acaba por confundir ou desvirtuar aquilo que é a sua essência, nós somos a favor da descentralização de competências nos municípios, e concordamos que os municípios podem exercer de melhor forma as competências do Estado Central, ma misturar a descentralização de competências nos municípios com a reposição de freguesias entendemos que não curial”.-----
- Pelo senhor **Armando Rosa** “O Mais Santarém, apesar de no geral concordar com a substância e pontos sobre os quais se pretende deliberar, considera que nesta Moção está demasiado especificada a opinião da CDU relativamente ao modo como deve ser pensada e implementada a descentralização administrativa, o que não permite a nossa completa concordância em virtude de existirem no documento aspetos a exigirem um maior aprofundamento e discussão. -----
- Por outro lado, no preâmbulo que antecede os pontos a deliberar, não parece justificada para o nosso concelho a referência à exigência à "devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhes foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais,'. Isto poderá ser aplicável a situações existentes noutros municípios mas não em Santarém”. -----
- Pelo senhor **Vítor Franco**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Recomendação do Desejo: -----
- Sr. Presidente, -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- do Município. -----
--- de Santarém: -----
--- O seu cargo influente; -----
--- pode ser um beneficio,-----
--- que a todos convém. -----
--- Utilize-o bem,-----
--- e seja prudente -----
--- com o ambiente. -----
--- É nosso desejo: -----
--- que contribua para preservar o Tejo, -----
--- e os seus afluentes... -----
--- que recolha amostras;-----
--- que ordene análises;-----
--- que defenda a fauna; -----
--- que preserve a flora... -----
--- que não adie para logo, -----
--- o que é p'agora...-----
--- que seja solidário...-----
--- que esteja com o rio, -----
--- e não o contrário. -----
--- Que puna "quem peca",-----
--- e quem prevarica,-----
--- e que deixe a marca, -----
--- de um autarca, -----
--- que defende o Tejo, -----
--- os peixes e as aves... -----
--- é o nosso conselho,-----
--- e o nosso desejo,-----
--- p'ra que no futuro, -----
--- ain'd'haja Tejo! -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- Que diga ao Governo, -----
--- que tome medidas, -----
--- e acabe co'Inferno...-----
--- que não se suporta, -----
--- que o rio doutrora,-----
--- seja esgoto agora, -----
--- qu'em nome do lucro, -----
--- e sem qualquer escrúpulo, -----
--- escoam no rio, -----
--- só veneno e morte...-----
--- O Ambiente e o Povo, -----
--- têm por direito, -----
--- bem melhor sorte. -----
--- em nome do Tejo, -----
--- exigem respeito!-----
--- Por proposta do BE em deliberação: esta Assembleia recomenda ao Executivo ação/
que no concelho mande recolher da água amostras/ que ordene procedimentos que
analise a poluição/ do Tejo e afluentes/ que se comunique à população/pois se a água é
vida/ também se faça essa sensibilização”.-----
--- O senhor **Ramiro Matos** manifestou a sua discordância relativamente à proposta
apresentada, referindo que o município não tem competência para mandar fazer recolhas
e análises de amostras de águas. -----
--- Depois a senhora **Maria Manuel dos Santos** sublinhando o que foi dito pelo anterior
orador. -----
--- A seguir, o senhor **Joaquim Neto** considerou que existem entidades a quem compete
fazer essas recolhas ou análises. -----
--- De seguida, o senhor **Armando Rosa** concordou com aquilo que foi dito pelos
anteriores oradores, contudo iria abster-se na votação dado que, no seu entender, há que
valorizar a intenção da recomendação.-----
--- Por último o senhor **Vítor Franco** considerou que não existe nenhum impedimento da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

autarquia fazer amostras e análises de águas. -----
--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção em epígrafe, tendo sido **rejeitada por maioria**, com trinta votos contra, três votos a favor e uma abstenção. -----
--- Declarações de Voto: -----
--- Pelo senhor **José Luís Cabrita** “A CDU votou favoravelmente esta recomendação porque entendemos que independentemente da forma a Câmara e a Assembleia Municipal não podem alhear-se dos problemas que afetam o Tejo e as populações deste concelho. Aliás, prova disso foi a Assembleia Municipal temática sobre esta matéria”.-----
--- Pelo senhor **Ramiro Matos** “O PSD votou contra, não obstante o assunto ser o rio Tejo, tendo em conta a parte dispositiva da recomendação com a qual estamos contra”. -
--- Pelo senhor **Vítor Franco**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Moção Contra a Precariedade / Pela Estabilidade:-----
“Exmas e Exmos. deputados, presidente e vereadores, -----
--- Tratemos, senhoras e senhores -----
--- de trabalhadores, exploradores e legisladores. -----
--- Não estamos no tempo da escravatura nem da ditadura,-----
--- lutámos pelo progresso e defendemos civilizados valores.-----
--- É uma vergonha para a sociedade esta nova escravatura. -----
--- No artigo vinte e três da Declaração Universal dos Direitos Humanos,-----
--- todos têm direito ao trabalho em equitativas condições,-----
--- mas é esquecido por políticos ao serviço de ideais desumanos, -----
--- que atacam os direitos de quem trabalha a favor de insensatos-----
--- patrões.-----
--- Explorando, espezinhando os direitos -----
--- a recibos verdes, estagiários, bolseiros, -----
--- programas abusados para desempregados,-----
--- falsos outsourcings e contratos descartados, -----
--- são manobras injustas e que em nada dignifica. -----
--- Seriedade, justiça e mérito o que é que significa? -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- O precário sente a angústia de um futuro indefinido, -----
--- Sente o vazio distante e frio de não ser reconhecido. -----
--- Trabalham e cumprem como os outros-----
--- e são responsabilizados como essoutros.-----
--- Sem subsídios, sem férias e sem desconto, -----
--- uma vida traída, uma família adiada;-----
--- um projeto, uma profissão protelada.-----
--- Contra esta espécie de escravatura-----
--- é necessária uma nova legislação, -----
--- que dê alento a uma geração futura-----
--- e que cumpra o desígnio de Abril em revolução. -----
--- No combate à precariedade é urgente a efetividade, -----
--- ninguém fique para trás na estabilidade no privado e no Estado. -----
--- E nas Câmaras também há precariedade!-----
--- Se não lutarmos contra este tipo de desregramento instalado, -----
--- no futuro seremos todos meros precários até na mentalidade!-----
--- E por fim, em moção: A Assembleia Municipal de Santarém aprova/ para que no Estado e nas Autarquias haja da precariedade regularização/ que ninguém fique para trás sem laboral e estável solução/ e que a lei se faça/ e dela acção/ com Comissões Paritárias do Estado ou das Câmaras e dos Sindicatos representação/ e que da precariedade se faça estabilidade”. -----
--- O senhor **Armando Rosa** afirmou parecer-lhe exagerada algumas considerações da proposta pelo que se iria abster na votação. -----
--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte votos contra, quatro votos a favor e doze abstenções.-----
--- O senhor **Ramiro Matos** prestou a seguinte declaração de voto: “Nunca poderei concordar com a precariedade no trabalho e sou a favor de medidas legislativas que possam resolver esse problema que se vai sentido sobretudo no Estado. Contudo não concordo com algumas afirmações da recomendação pelo que me abstive na votação”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- Pelo senhor **Vítor Franco**, da bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Moção de Saudação pelos dez anos da despenalização da interrupção voluntária da gravidez: -----

--- “Foram tantas batalhas travadas-----

--- De uma luta que continua -----

--- Nunca mais mulheres julgadas -----

--- Por uma decisão que é sua -----

--- E quando o Sim, por fim, venceu -----

--- Foi a vida que é delas -----

--- Foram os corpos que são seus -----

--- Que o povo português defendeu-----

--- São dez vezes Sim!-----

--- São dez anos de progresso -----

--- O número de abortos recuou-----

--- A contracepção avançou -----

--- Mudámos o rumo, fizemos o destino -----

--- Nem mais uma mulher morreu -----

--- Por aborto clandestino -----

--- Por proposta do BE em moção: esta Assembleia saúda/ o avanço civilizacional/ os direitos da mulher/ a saúde materna e a libertação da mulher em Portugal.” -----

--- O senhor **Armando Rosa** referiu que o Mais Santarém iria abster-se por considerar que esta não é uma matéria que diga respeito ao Município de Santarém, apesar de concordar com a proposta em apreço. -----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a moção em epígrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com catorze votos a favor, dez votos contra e dez abstenções. -----

--- Foram efetuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Pelo senhor **Manuel João Frazão** “Sou a favor da interrupção voluntária de gravidez,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

contudo, em consciência, não podia votar a favor desta moção porque entendo que o nosso tempo é precioso de mais para estar a comemorar os dez anos da despenalização da interrupção voluntária da gravidez pelo que o meu voto foi contra a moção e não a interrupção”. -----

--- Pelo senhor **Presidente da Assembleia** “Votei a favor porque as desgraças a que tive a oportunidade de assistir durante a minha vida profissional, como médico, levam-me a concordar que é um direito da mulher, que é a grande sofredora nesta situação, decidir em consciência o que quer fazer com o seu corpo”. -----

--- Pelo senhor **Vítor Franco** “Esta moção de saudação reflete uma vitória das mulheres, e não é uma vitória do Bloco de Esquerda em particular”. -----

--- Pela senhora **Maria Assunção Vieira** “Como mulher sou pela vida, mas dou a liberdade a outras mulheres que se veem em situações desgraçadas que são obrigadas a optar a recorrer a este método. Lamento profundamente que em pleno século XXI as mulheres ainda tenham que recorrer ao aborto. Essa é a grande lástima que eu aqui deixo. Nós somos pela vida e acho que todos devíamos dar as mãos para que mulher nenhuma fosse obrigada a tomar a decisão de abortar”. -----

--- Seguidamente a Assembleia Municipal deliberou, **aprovar por unanimidade**, os Votos de Pesar abaixo transcritos: -----

--- Pelo senhor **Carlos Marçal** – Presidente da União de Freguesias de Marvila, São Nicolau, São Salvador e Santa Iria da Ribeira de Santarém, foi apresentado o seguinte Voto de Pesar, pelo falecimento do senhor Rui Mendes Maia: -----

--- “O Executivo da União de Freguesias da Cidade de Santarém, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Rui Maia, ocorrido no passado dia vinte de dezembro de dois mil e dezasseis, e endereça à família enlutada, as mais sentidas condolências. -----

--- Rui Mendes Maia, nasceu em sete de novembro de mil novecentos e quarenta e um, em Vale do Peso – Alentejo – e era primo de Fernando José Salgueiro Maia – Capitão de Abril. -----

--- Com dois anos de idade veio com os seus pais, para a Ribeira de Santarém, onde sempre viveu e frequentou a instrução primária, tendo prosseguido o ensino secundário no Liceu Nacional de Santarém. A sua vida esteve sempre ligada às artes, ao desporto, ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

associativismo e à política.-----

--- Do seu percurso político destaca-se que, exerceu mandato de Presidente da Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém nos anos de mil novecentos e noventa e oito a dois mil e um, foi membro da Assembleia Municipal de Santarém, nesses mesmos anos e foi Tesoureiro da mesma freguesia, nos anos de dois mil e dois a dois mil e nove, eleito pela CDU.-----

--- Homem de carácter regido por valores humanos, que não tolerava a mentira, a ingratidão e a deslealdade, era contestatário e trabalhou pelos objetivos de engrandecer a Ribeira de Santarém e o Município, destacando-se o seu importante papel no enriquecimento da democracia e do poder local e o seu empenho em prol do bem-estar dos munícipes da sua terra.-----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, na sua reunião de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, delibera:-----

---“Aprovar um voto de profundo pesar pela morte do autarca e cidadão de Santarém, Rui Mendes Maia dando conhecimento do teor deste à viúva D. Ofélia Maia.”-----

--- Pelo senhor **Pedro Mena Esteves** – Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões foi apresentado o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento do senhor António Manuel Simões Cordeiro Duarte:-----

--- “Faleceu no passado dia nove de janeiro, o senhor António Manuel Simões Cordeiro Duarte, com cinquenta e seis anos de idade, bancário de profissão.-----

--- Pessoa que demonstrou sempre interesse para ajudar a causa pública, no âmbito do associativismo local, fez parte da Associação Popular de Alcanhões e também do Grupo dos Dadores Benévolos de Sangue de Alcanhões colocando-se à disposição de todos com os seus conhecimentos pessoais e profissionais, sendo-lhe reconhecido o contributo que deu para o desenvolvimento do movimento associativo desta freguesia.-----

--- Foi membro da Assembleia de Freguesia de Alcanhões nos mandatos entre sete de janeiro de mil novecentos e oitenta e três a vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e oitenta e sete.-----

--- Entre janeiro de mil novecentos e noventa e Janeiro de mil novecentos e oitenta e três, foi membro do Executivo da Freguesia de Alcanhões, onde ocupou o cargo de Tesoureiro.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

A três de janeiro de mil novecentos e noventa e quatro foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, lugar que ocupou até outubro de dois mil e cinco. Por inerência fez também parte da Assembleia Municipal de Santarém neste mesmo período.-----

--- É pois, com este sentimento de perda que a Junta de Freguesia de Alcanhões e a Assembleia de Freguesia de Alcanhões, propõem que seja aprovado pela Assembleia Municipal de Santarém um Voto de Pesar pelo falecimento de António Manuel Simões Cordeiro Duarte, apresentando as suas mais sentidas condolências aos seus familiares.”-

--- Pelo senhor **Carlos Marçal** – Presidente da União de Freguesias de Marvila, São Nicolau, São Salvador e Santa Iria da Ribeira de Santarém foi apresentado o seguinte Voto de Pesar, pelo falecimento do senhor Carlos Manuel Baptista Gomes de Abreu: -----

--- “O Executivo da União de Freguesias da Cidade de Santarém, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Abreu, ocorrido no passado dia vinte e três de janeiro de dois mil e dezassete, e endereça à família enlutada, as mais sentidas condolências. -----

Carlos Manuel Baptista Gomes de Abreu, nasceu em vinte e sete de janeiro de mil novecentos e cinquenta, em Santarém, onde frequentou os estudos, primário e secundário tendo concluído a licenciatura em economia em Lisboa.-----

--- Iniciou a sua carreira profissional como professor na Escola Secundária de Marvila. Foi Técnico Superior da área financeira do Centro de Saúde Distrital de Santarém e da Administração Regional de Saúde de Santarém. -----

Do seu percurso político destaca-se o exercício de Vereador na Câmara Municipal de Santarém de mil novecentos e noventa e sete a mil novecentos e noventa e dois, Presidente da Assembleia de Freguesia de Marvila de mil novecentos e noventa e três a dois mil e um, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém, Presidente da Região de Turismo do Ribatejo, Presidente do Festival Nacional de Gastronomia de mil novecentos e oitenta e um a dois mil e oito, foi fundador do Festival Nacional de Gastronomia e do Festival da Flor. Foi ainda cofundador da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa Polo de Santarém, onde lecionou vários anos. -----

--- Como cidadão, lutou e reivindicou pelos interesses da sua terra e da região, empenhando-se de uma maneira muito especial em tudo o que fazia. Serviu Santarém com dedicação e carinho, de uma forma simples e direta, dando sempre a cara, pelas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

necessidades e aspirações dos seus munícipes e pelos ideais em que acreditava e defendia.

--- Militante do Partido Socialista, homem simples, cidadão exemplar, dedicado à causa pública, destaca-se pelo seu importante papel no enriquecimento da democracia e do poder local em Santarém. -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, na sua reunião de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, delibera: -----

--- Aprovar um voto de profundo pesar pela morte do autarca e cidadão de Santarém, Carlos Manuel Baptista Gomes de Abreu, dando conhecimento do teor deste, à família enlutada.”-----

--- O senhor **Carlos Marçal** – Presidente da União de Freguesias de Marvila, São Nicolau, São Salvador e Santa Iria da Ribeira de Santarém deu conhecimento de que a União de Freguesias a que preside deliberou atribuir o nome de “Carlos Abreu” a uma rua da cidade de Santarém, a qual irá ser inaugurada no próximo dia dezanove de março. -----

--- O senhor **Joaquim Neto** interveio informando que a bancada do Partido Socialista se associa ao voto de pesar em epígrafe pelo que não iria proceder à leitura do voto de pesar apresentado pelo seu partido. -----

--- Realçou o trabalho realizado pelo Dr. Carlos Abreu na área do turismo, bem como enquanto Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém, tendo sido intensa a sua dedicação à causa pública, e concluiu saudando a iniciativa da União de Freguesias da Cidade ao imortalizar o seu nome atribuindo-lhe o nome a uma rua da cidade de Santarém. -----

--- Pelo senhor **Paulo Jorge Guedes**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, foi apresentado o seguinte Voto de Pesar pelo Falecimento do senhor Basílio Duarte Oleiro:-----

--- “Basílio Duarte Oleiro nasceu na Freguesia do Arneiro das Milhariças em dezanove de maio de mil novecentos e trinta e um e acaba de nos deixar com oitenta e cinco anos, vítima de doença prolongada. -----

--- Para além de muitas atividades que desempenhou, destaca-se a de Empresário na área de produção de produtos químicos para automóveis e de Autarca onde começou por ser eleito pela lista FEPU (Frente Eleitoral Povo Unido) nas eleições de doze de dezembro de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

mil novecentos e setenta e seis como Secretário da Junta de Freguesia de Ameiro das Milhariças, cargo que desempenhou de janeiro a abril de 1977. Após a desistência do cargo do Presidente da Junta, passou a desempenhar esse cargo de abril de mil novecentos e setenta e sete a maio de mil novecentos e setenta e oito. Voltou ao cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças alguns anos depois, tendo sido eleito pela lista do PSD (Partido Social Democrata) em dezassete de dezembro mil novecentos e oitenta e nove, exercendo o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças durante vinte e quatro anos consecutivos e sempre eleito como cabeça de lista do PSD (Partido Social Democrata). -----

--- Destacamos a garra, frontalidade, determinação, firmeza, dedicação, empenho e amor à causa pública com que sempre lutou e também a obra feita que deixou em Ameiro das Milhariças, freguesia que era a menina dos seus olhos. -----

--- Pelo exposto e muito mais que haveria a dizer sobre este grande homem decidiu o executivo da Junta de Freguesia do Ameiro das Milhariças na sua reunião ordinária de onze de fevereiro de dois mil e dezassete, aprovar por unanimidade, propor à Assembleia Municipal de Santarém que delibere: -----

--- a) Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Basílio Duarte Oleiro, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

--- b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.” -----

--- O senhor **Joaquim Neto** referiu que o Partido Socialista também se associa aos outros três votos de pesar, destacando o empenho de todos eles na defesa dos interesses das suas populações. -----

--- Depois o senhor **Ramiro Matos** disse que a bancada do PSD se associa a todos os votos de pesar aqui apresentados, respeitantes a quatro ex-autarcas que em muito contribuíram para o desenvolvimento das freguesias e do concelho de Santarém, considerando que o poder local e o concelho de Santarém ficaram mais pobres. -----

--- A seguir, o senhor **António João Henriques**, Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, enalteceu as qualidades humanas e pessoais dos quatro ex-autarcas recentemente falecidos -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- Seguidamente o senhor **José Luís Cabrita** informou que a bancada da CDU se associa a todos os votos de pesar, sublinhando que com todos eles teve a oportunidade de aprender alguma coisa. -----

--- Depois o senhor **Vítor Franco** referiu que também o Bloco de Esquerda se associa aos votos de pesar apresentados, sublinhando ter sido com o senhor Basílio Oleiro que partilhou as conversas mais agradáveis. -----

--- A seguir, o senhor **Armando Rosa** que se associou também a todos os votos de pesar, louvando a iniciativa da União de Freguesias da Cidade ao atribuir o nome de Carlos Abreu a uma rua da cidade de Santarém. -----

--- Por último o senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Mesa se associa a todos os votos de pesar considerando que a autarquia ficou mais pobre com o falecimento destes quatro ex-autarcas, sublinhando que para se ser presidente de junta é necessário ter uma característica muito própria. -----

--- Realçou que enquanto autarca foi com Basílio Oleiro que teve oportunidade de mais conviver, considerando que apesar da sua idade já avançada ele era um “jovem” em termos de clareza de raciocínio e, concluiu, destacando que Carlos Abreu deixou uma marca na cidade de Santarém pelo seu percurso autarca. -----

--- De seguida foi prestado um minuto de silêncio pelo falecimento dos quatro ex-autarcas acima mencionados. -----

--- O senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, solicitou a palavra para convidar todos os presentes a participar na Festa do Vinho que se realizará no próximo dia um de abril, em Alcanhões.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, o qual não se concretizou dada a ausência de intervenientes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 23/2013-2017
Sessão de 24 de fevereiro de 2017

--- Eram vinte horas e cinquenta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----